

17
Título: A formação do professor alfabetizador: consideração a respeito do ensino de português

Autor: Luiz Carlos Cagliari

Ano: data indefinida

Assunto: a dificuldade do aprendizado da língua portuguesa por crianças e jovens pela não consideração da realidade do indivíduo.

Tipo do documento: estudo, artigo acadêmico.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO
DIRETORIA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS
DEPARTAMENTO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR:
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO ENSINO DE
PORTUGUÊS (*)

Luiz Carlos Cagliari
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

A REALIDADE LINGÜÍSTICA DA CRIANÇA

A escola não sabe qual é a realidade lingüística de uma criança (mesmo falante do dialeto da escola) que começa sua alfabetização. A impressão que eu tenho, vendo livros e programas, é a de que se considera a criança que entra para a escola como uma "tábua rasa", lingüisticamente. Reduz-se a criança a zero, para se começar a construir o homem-novo. Tanta psicologia na escola de formação, tão pouca psicologia na sala de aula!

As crianças de sete anos já dominam a língua que falam. São de certo modo lingüisticamente maduras. São capazes de usar a variedade de língua de que são falantes nativos para expressarem seus pensamentos, para dizerem o que querem. São capazes de entender o que os outros lhes dizem. Ouvem histórias, assistem à televisão, ouvem o rádio, cantam músicas e quando não entendem uma palavra perguntam qual o seu significado, como, aliás, fazemos todos nós adultos. Certamente o vocabulário de uma criança de sete anos é bem menor que o de um adulto, mas esse fato é muito secundário na estruturação de uma língua e nas exigências de seu uso.

Qualquer variedade lingüística usada pela criança é tão complexa como qualquer outra e em sua fala ela se utiliza de regras muito precisas e não raramente de grande complexidade, como acontece com a fala dos adultos de qualquer variedade da língua. Um estudo da fala das crianças nessa idade, e até mesmo antes dos sete anos, comparado com um estudo da fala dos adultos, revela isto. Basta ler os estudos de aquisição da linguagem e de psicolingüística. O aluno que fala "craro", "pranta", "paia" simplesmente fala de maneira diferente dos que falam "claro, planta, palha". Não fala errado! Quando dizem "os menino veio", esse enunciado é estruturado de maneira diferente da forma "os meninos vieram". E essa diferença não significa que a primeira forma revela uma incapacidade para

aplicar as regras complexas da concordância, porque de fato a primeira versão significa o que significa a segunda, isto é, a primeira versão transmite a mesma idéia de plural, embora de maneira diferente da segunda forma.

É essa visão ingênua e errada da realidade lingüística da criança a responsável por absurdos no ensino e na avaliação do rendimento escolar. Como exemplo, gostaria de lembrar aqui o que se faz com a produção e interpretação de textos. É o caso da prática tão estranha e absurda de se ler uma frase do tipo "João chutou a bola" e se fazer a "interpretação de texto", perguntando-se à criança. "Quem chutou a bola?" ou "João chutou o quê?" como se a criança não fosse capaz de entender de imediato uma coisa tão simples como essa frase do texto. Fazer isso é considerar a criança um idiota. Não raramente, diante de fatos como esses, a criança se sente tão perplexa, que não "sabe" responder. Daí o impasse do aluno. Infelizmente, a criança não tem ainda a malícia lingüística de entender que aquilo que lhe foi perguntado é um jogo da escola para confundi-lo e depois desconfundi-lo, mostrando que está lhe ensinando algo. Os alunos vivem, não raramente, num clima de terror lingüístico, por causa desse uso abusivo do poder exercido pela linguagem e votado contra eles por pretextos de ensino e avaliação. A situação fica pior ainda nas avaliações do rendimento escolar.

O QUE É ENSINAR PORTUGUÊS?

O que é ensinar Português para pessoas que já sabem falar o português? As escolas de normalistas põem essa questão aos futuros professores? O ensino de Português, nas nossas escolas, tem como objetivo ensinar como a língua portuguesa funciona e quais os usos que tem, como a linguagem em geral se caracteriza, como os alunos devem fazer para entenderem ao máximo, nas mais variadas situações, os usos que podem fazer da língua pátria na sua modalidade escrita e oral. Ensinar a ler. Isso parece óbvio, mas até hoje não foi corretamente entendido pela escola.

A criança que se inicia na alfabetização já é um falante capaz de entender e falar a língua portuguesa com desembaraço e precisão nas circunstâncias de sua vida em que precisa usar a linguagem. Mas não sabe escrever, nem ler. Esses são usos novos da linguagem para ela, e é sobretudo isso o que ela espera da escola. Em muitos casos, há ainda o interesse em aprender uma variedade do português de maior prestígio.

Essa criança não só sabe falar o português como sabe também refletir sobre a sua própria língua. De fato, as crianças se divertem manipulando a linguagem: compõem palavras novas, a partir da análise que fazem dos processos de formação de palavras, às vezes criando formas surpreendentes: adora traduzir a sua própria língua em códigos, como a língua do P: invertendo sílabas, substituindo certos segmentos por outros, com uma destreza que o adulto dificilmente consegue acompanhar. As respostas que as crianças dão às perguntas que lhes são feitas revelam a incrível capacidade que têm de manipular fatos semânticos de alta complexidade, como a pressuposição, a argumentação lógica, sem contar com a expressão de metáforas e o poder de abstração e generalização claramente revelados numa análise de seu comportamento lingüístico. Além disso, elas contam ainda com uma capacidade enorme de análise da linguagem oral, coisa que irão perder logo que entrarem na escola, sufocadas pelo modo como se ensina o Português, tomando-se a escrita ortográfica como base para tudo. Da análise de muitos erros encontrados em provas e nas avaliações feitas na alfabetização, é fácil observar que, em muitos casos, a criança demonstra um apego às formas fonéticas da língua, em lugar das formas ortográficas, o que, não raramente, deixa o professor perplexo com a burrice do aluno, devido a sua incapacidade de analisar a fala com a mesma competência que a criança tem. A incompetência dos professores de alfabetização em lidar com a linguagem oral é tão trágica que, a meu ver, é um dos pontos que provocam o impasse ao progresso escolar de muitos alunos.

A escola não parte do conhecimento que a criança tem de sua fala e da fala de seus colegas para daí ensinar o que deve. A escola parte de um abecedário e de uma fala (típica de "professora primária") completamente estranha à criança.

Um tipo comum de exercício nas cartilhas consiste em fazer o aluno identificar "letras" através da escrita de palavras e dos sons que se compõem. Nesses casos, o que conta para a escola não é a representação fonética localizada pela letra em questão conforme aparece nas palavras, mas o próprio som da letra, conforme aparece no abecedário. Observe os seguintes exemplos:

Exercício: assinale as palavras que começam por E.

- | | |
|-------------|-------------|
| 1. Elefante | 3. Edson |
| 2. Estante | 4. Encontro |

Como se pode observar, embora todas as quatro palavras comecem com a letra E, nenhuma delas começa com um mesmo som fonológico.

ticamente. Por isso é que mesmo quando a escola ~~que está~~ levando em consideração a escrita e a fala, o que ela entende por fala é uma leitura dos nomes das letras e não a fala real propriamente dita.

Todos nós, sem dúvida, aprendemos na escola a dividir Palavras em sílabas. Ainda mais, há regras ortográficas de corte de palavras em final de linha, segundo a sua divisão silábica. E ninguém estranha! Acontece porém que o nosso sistema de escrita não é silábico (por exemplo, como é o japonês). Portanto, a escrita do português não tem nada a ver com a sílaba. Esta é uma realidade que só existe na fala do português. Então não faz sentido falar em sílabas, referindo-se à escrita. Em princípio, ninguém sabe quantas sílabas têm as palavras "lâpis", "piscina", "antes", "taxi", "poesia" etc... É preciso que alguém diga essas palavras para que se possa analisar e dizer com quantas sílabas foram ditas. Veja alguns exemplos a seguir:

(lâ-pis laps)
(pi-si-na psi-na)
(po-e-zia po-ezi-a poe-zia)

Separar as sílabas na fala é algo que qualquer falante consegue fazer com extrema facilidade, apesar de opiniões contrárias, preconceituosas e falsas de algumas pessoas, incluindo alguns linguistas.

Um outro fato fonético que não é marcado no nosso sistema de escrita é a tonicidade. Uma sílaba pode ser tônica ou atona, mas isso só existe na fala e depende essencialmente da maneira como alguém pronuncia o que diz. Porém nossas gramáticas normativas dizem até que há palavras tônicas e atonas (por exemplo: o, a, lhe, para, etc...) pressupondo, naturalmente, que todas as outras palavras têm uma sílaba tônica... Não é raro encontrar professores que ensinam o artigo "a" como átono, "ha" comoônico, e "a" como supertônico, valendo um longo (a:::) dito com grande ênfase... O professor pode explicar isso quantas vezes quiser, que jamais um aluno entenderá. E nem pode entender. Quando o professor fala, como é possível distinguir "a" de "ha", todos isoladamente? Um monossílabo falado isoladamente não éônico nem átono, porque a tonicidade é uma medida relativa, que necessita de um termo de comparação, Pode-se estudar o acento em palavras isoladas, mas o que acontece nos enunciados formados por conjuntos de palavras não é a soma dos acentos das palavras pronunciadas isoladamente. Um enunciado como o seguinte:

Pedro não comprou o carro novo. Pode ser dito com uma

variedade de esquemas de distribuição de sílabas tônicas e átonas, como se mostra a seguir, onde as sílabas tônicas vêm em **negrito**:

1. Pedro não comprou o carro novo
 2. Pedro não comprou o carro novo
 3. Pedro não comprou o carro novo
 4. Pedro não comprou o carro novo
 5. Pedro não comprou o carro novo
- etc...

Obviamente, a diferente distribuição dos acentos nos enunciados e sobretudo a posição do acento frasal (sílabas tônicas saliente) modifica alguns aspectos do significado total desses enunciados. Não é um aspecto irrelevante da língua portuguesa! No entanto, a escola não ensina isso e o que ensina, ensina errado.

Afirmações equivocadas a respeito da tonicidade no português não se restringem às noções primárias ensinadas durante a alfabetização. Embora o português seja uma língua de ritmo acentual, isto é, que tem as sílabas tônicas ocorrendo em intervalos de tempo aproximadamente iguais (ou isocrônicas), a teoria literária ainda analisa os versos metrificados em termos de um falso isossilabismo... Mais uma vez a escrita prevalece sobre a fala e não há licença poética que faça, por exemplo, um ouvinte do português ouvidor o soneto "As Pombas", de Raimundo Correia, como uma poesia metrificada. Está tudo errado para quem ouve e só quem soletra os versos consegue ver o que a teoria métrica tradicional sugere que deve existir. A maioria dos erros de ensino que se estendem por todos os níveis de estudo têm suas raízes na alfabetização mal feita.

As crianças, quando falam, usam natural e corretamente o ritmo e a entoação características da língua portuguesa. Depois que entram na escola, começam a desenvolver uma pronúncia completamente artificial para ler, e às vezes até para fazer um relato oral com certa formalidade.

A soletração exagerada na alfabetização também contribui para essa fala artificial. Revela um desconhecimento completo a respeito da leitura, da escrita e da fala aquele professor que usa uma pronúncia artificial para facilitar o ditado... Se pode-se destruir a fala para facilitar a escrita nos ditados, por que então já não fazer os ditados dizendo os nomes das letras? Seria ainda mais fácil para os alunos...

E ESCRITA

Um dos objetivos mais importantes da alfabetização é ensinar a escrever. A escrita é uma atividade nova para a crian-

ça, e, por isso mesmo, requer um tratamento todo especial na alfabetização. Espera-se que a criança, ao final de um ano de alfabetização, saiba escrever, e não que saiba escrever tudo e com correção absoluta. Esse é um ponto importante e que coloca a preocupação com a ortografia num plano secundário durante o primeiro ano escolar. Os alunos aprendem a escrever e não sabem exatamente o que estão fazendo.

Em primeiro lugar, deve-se dizer que aprender a escrever exige um uso especial do braço, da mão e sobretudo dos dedos. O lápis, como qualquer ferramenta, tem um modo próprio de uso, sem o qual não se consegue obter o trabalho com a perfeição que se pretende. Por isso, sou de opinião de que a escola deve ensinar às crianças como segurar corretamente o lápis (e mantê-lo adequadamente apontado), como traçar as letras, num verdadeiro exercício de treinamento de habilidade manual. Muitos dos exercícios de "controle motor" que se encontram nas cartilhas são desprovidos de qualquer planejamento educativo para a escrita, ou, na maioria dos casos, não são elaborados com o objetivo específico de treinar a arte de escrever.

Um outro aspecto é ensinar à criança o equilíbrio das formas das letras, a proporção das partes e a correção dos traços. A criança aprende a desenhar (a seu modo) antes de aprender a escrever... Uma casinha pode ser desenhada de muitas maneiras e perspectivas, incluindo planos inclinados ou até mesmo de cabeça para baixo. A forma das letras tem um equilíbrio com relação a quem lê e por isso não pode ser feita como um desenho. É preciso dizer isso às crianças. As letras d, p e b podem parecer a mesma coisa para uma criança, como o desenho de uma casinha vista de pontos de vista diferentes. Um m com quatro pernas pode lhe parecer semelhante a uma casinha com uma janela a mais, o que realmente não causa nenhum problema no desenho mas torna a letra estranha. A escrita tem regras diferentes daquelas que as crianças usam para desenhar e, muitas vezes, como partimos dos desenhos para a escrita, deixamos as crianças durante muito tempo privadas de uma explicação simples e fácil, que ajudaria a evitar diversos problemas iniciais de representação gráfica das letras. Alguns métodos de alfabetização ensinam a escrever pela escrita cursiva, chegando mesmo a proibir a escrita de forma. A razão que alegam freqüentemente é que a criança que aprende a escrever com letras de forma tem que aprender depois a escrever com letras cursivas, e isso representa o dobro do trabalho, com o inconveniente da criança confundir as coisas.

Eu acho que esse tipo de argumento é falso e sem senti

do. A escrita de forma é muito mais fácil de se aprender e de se reproduzir do que a escrita cursiva. Ainda mais, e a escrita de forma que aparece nos livros (exceto nas cartilhas...) A escrita cursiva tem um uso muito particular, individual mesmo nos dias de hoje. E de difícil leitura e exige um controle muito refinado dos movimentos na sua escrita, o que representa um esforço muito grande por parte das crianças que nem sequer conseguem segurar o lápis e controlá-lo com facilidade.

Alguns autores fazem tanta questão de enfrentar o uso da escrita cursiva que se esquecem, por exemplo, de ensinar à criança como funciona o mundo da escrita em que irá mergulhar. Por isso, acho conveniente fazer aqui algumas observações que considero fundamentais.

Historicamente, sabemos que, à medida em que um sistema alfabético é usado por um número grande de pessoas e em lugares diferentes para usos diversos, a forma das letras do alfabeto, que era única, passa a admitir variantes. No mundo antigo, as variantes das letras se restringiam a uns poucos casos. O Latim, por exemplo, não tinha as letras minúsculas. A escrita cursiva vai aparecer só na Idade Média, mas nessa época o latim já era escrito com muitos alfabetos. Hoje, mesmo numa única folha da cartilha, encontramos uma variedade de alfabetos. Por exemplo: a primeira letra pode aparecer escrita das seguintes formas: A, a, a, A, A, A, etc, cada uma dessas formas pertencendo a um alfabeto diferente. De fato A é tão diferente de a, quanto p é de m, por exemplo. As letras p, b, d e g são muito mais semelhantes entre si do que b e B, g e G etc. Vivemos num mundo onde a escrita se realiza através de milhares de alfabetos. Como aprendemos a ler todos eles, não tomamos consciência dessa realidade. Para nós, adultos, "A" é "A", seja ele escrito como for. Quando a criança começa a aprender a escrever, ninguém lhe diz isso a ela, muitas vezes, fica perplexa diante das coisas que a professora (e os adultos) fazem com as letras. Com o tempo acaba aprendendo indiretamente o que a escola pretende. O grande problema neste caso é que a escola ensina a escrever sem ensinar o que é escrever, joga com a criança sem lhe dizer as regras do jogo. A escrita do Português não põe como problema só o fato de se utilizar de muitos alfabetos, mas, independentemente desse fato, seu sistema já não é tão alfabético quanto muita gente supõe que seja.

Os sistemas alfabéticos foram inventados para se aproximar a relação entre escrita e fala, numa perspectiva mais ou menos fonêmica. Tal vantagem é, em grande parte, ilusória, porque

as línguas variam ao longo do tempo e de fatores sociais, geográficos, estilísticos etc., criando obviamente sérios problemas para a relação escrita-fala. Assim, vemos hoje em dia línguas escritas como sistemas de base alfabética, mas que apresentam uma relação muito confusa entre escrita e fala. O Português é uma dessas línguas. Os fatos apresentados a seguir mostram o quanto nossa escrita ortográfica, hoje, se afasta do objetivo dos sistemas de escrita alfabética que procuram uma estreita (se possível unívoca) relação entre letra e som e vice-versa. Consideramos a palavra *casas*. O primeiro S soa Z e é portanto diferente do segundo S. Isto para quem fala, como eu. Já um carioca terá uma pronúncia diferente para o final da palavra, pronunciando o A como AI e o S como X(S). A coisa se complica quando, por exemplo, temos *casas amarelas*. Neste caso, por causa da junção dessas duas palavras, quer na minha pronúncia, quer na pronúncia do falante carioca, o segundo S da palavra *casas* soará como Z, igual ao som do primeiro S. Esse é um exemplo simples mas claro de como o nosso sistema de escrita está longe de correlacionar estreitamente letra, e som. A dificuldade não está no fato do Português apresentar uma variedade de dialetos com pronúncias diferentes, pois mesmo dentro de um único dialeto o sistema de escrita já não permite, em muitos casos, que se faça uma estreita correlação entre letra e som ou vice-versa. Parece que os sistemas de escrita têm um destino na direção dos sistemas ideográficos. A escrita alfabética parece algo inoperante já a curto prazo, e as transformações que vão se operando tiram o caráter alfabético e imprimem característica ideográfica à escrita. Afinal de contas, qual é o objetivo da escrita? O objetivo da escrita é permitir a leitura. É possibilitar que pessoas de épocas diferentes, de diferentes dialetos, consigam ler o que está escrito. Nessa tarefa não se exige que haja uma única forma de ler o que está escrito em termos fonéticos. Pelo contrário, isto é absolutamente secundário. Cada um lê da maneira como fala a língua e esse é o segredo e a riqueza da escrita. É isso o que todo o mundo faz no dia-a-dia da escrita. Porém a escola tem outra atitude com relação a isso, pensando que a escrita é o espelho da fala e, por conseguinte, deve estar intimamente associada à pronúncia padrão do dialeto da escola. A escrita é tão versátil que até admite tal preconceito por parte da escola. Grande parcela dos argumentos a favor de reformas ortográficas se baseia na frustração da escola em ver que a escrita não é uma transcrição fonética do dialeto que quer impor aos alunos.

A transcrição fonética é um sistema de escrita baseado nas possibilidades articulatórias do homem que, por definição, atribui

bui a cada som uma letra e vice-versa numa relação unívoca. Esse objetivo é necessário para se poder descrever adequadamente as línguas e seus dialetos, sem perigo de confusão para a ciência lingüística; como objetivo para se escrever comumente uma língua, é uma ilusão e, portanto, impossível de se realizar na prática.

A transcrição fonêmica que tira do texto muitas propriedades da fala, transformando-se em regras de realização alofônica, já é um passo se afastando do objetivo de correlacionar unívocamente som e letra, indo em direção de uma representação mais ideográfica da escrita. É claro que uma transcrição fonêmica ainda tem compromissos muito fortes entre letras e sons. Mas para se escrever numa sociedade tão heterogênea lingüisticamente como a nossa qual sistema fonêmico vamos escolher para a escrita? Qualquer escolha vai privilegiar um dialeto em detrimento dos demais.

Gostaria de acrescentar ainda mais algumas considerações a respeito de como usamos a nossa escrita. Já vimos antes que nosso sistema de escrita não se baseia em sílabas mas em letras (alfabéticas). O curioso é que na alfabetização, a escrita é ensinada em grande parte como se fosse sílabica. Ensina-se o alfabetário, as sílabas primeiro e depois as letras. Grande parte das atividades escolares, nessa base, tem como ponto de partida a sílaba. Para um sistema alfabético, o de um sistema silábico não é feito sem serios problemas e às vezes impasses.

Um sistema de escrita morfológico e ideográfico muito comum em nossa experiência é a escrita dos números. Ele tem regras próprias que também devem ser ensinadas pela escola. Por exemplo, "cinco zero" (50) representa uma quantidade que é mais do que um (ou seja), cinquenta), mas "cinco zeros" (00000) representa uma quantidade nula, ou seja, zero. A ideia de singular e plural representada na expressão lingüística "cinco zeros" é de referência diferente da expressão lingüística de singular e plural representada na forma "cinco zero". Essas coisas confundem as crianças mas nem por isso a escola ensina os alunos a lerem os números. Eles acabam aprendendo por si, mas até chegar lá podem se ver em apuros resolvendo problemas de aritmética. Não por causa da aritmética, mas do Português!

O nosso sistema de escrita deixa de lado muitos aspectos fonéticos da língua, como a sílaba, o acento, a duração dos segmentos certos fenômenos como a nasalidade em alguns casos, a entonação, a velocidade da fala, as qualidades de voz, para citar os aspectos mais importantes além, é claro, de dar conta de maneira muito precária da parte segmental. Isto não é um mal em si, mas o caráter mágico inerente ao próprio ato de se escrever. Ler é

uma obra de iniciados e objeto de muitas interpretações. No momento em que se tira essa alma da escrita, se acaba com a própria vida da escrita. Quando se fala, a organização do pensamento segue uma ordem que permite correções momentâneas a partir da reação do ouvinte. Isto porém não acontece quando se escreve, por isso quem escreve deve ter o cuidado de transportar através de palavras tudo aquilo que, na fala, pode ser entendido com um olhar, um gesto, uma pausa etc. Um texto transcrito de uma conversa informal, mesmo produzido por "pessoas que falam bem", soa estranho a quem lê, por que em nossa sociedade e cultura, a própria elaboração do texto escrito exige regras específicas diferentes das regras de elaboração de textos de conversa. A escrita facilita a realização de uma argumentação discursiva com uma certa ordem, uma certa lógica, que deve ser ensinada aos alunos sob pena de muitos deles jamais desconfiarem como se escreve um texto. Se por um lado existe esse modo tradicional de se escrever, por outro lado os aspectos mais rígidos desse jogo ficam amenizados pela criatividade do autor. O aspecto criativo é também uma marca registrada da produção escrita. Do equilíbrio entre essas duas exigências se constitui um texto bem escrito.

Algumas atitudes da escola, desde a alfabetização, com relação à produção de textos são desastrosas. Sou de opinião de que as crianças devem escrever o que quiserem (embora se possa seguir temas...) e como quiserem. E a partir da produção de textos por elas o professor pode passar a fazer comentários a respeito de tudo o que achar relevante, da ortografia à análise discursiva do texto produzido. Essa prática devia ser muito freqüente e é um excelente ponto de partida para todas as outras atividades da escola. Porém para o professor poder fazer isso, ele próprio precisa saber e muito bem como analisar um texto, como aproveitá-lo para orientar o aluno, fazendo-o aprender, através do processo de escrita e leitura, como o Português e a linguagem em geral funcionam e quais os usos que têm. O mesmo vale para a produção de textos orais. Um outro problema que se observa nas atitudes da escola com relação à escrita é que freqüentemente se passa ao aluno a impressão de que escrever frases corretas sintaticamente forma um texto correto. Essa prática tem sua origem na alfabetização e é encontrada em todos os níveis subsequentes. Um texto tem uma organização que não é a somatória de frases isoladas. É preciso que haja coesão, um desenvolvimento coerente, um objetivo a ser alcançado e uma mensagem a ser transmitida de maneira adequada. É uma ilusão pensar que a correção gramatical produz automaticamente um pensamento claro ou que um pensamento claro só se expressa através

de frases sintaticamente corretas ajudadas por todas as regras de concordância da gramática normativa. É claro que a escrita tem regras e que elas precisam ser seguidas. Mas isso não é suficiente para se escrever bem. Tem gente que escreve redações sem nenhum erro gramatical ou de ortografia, e, no entanto, o texto é uma droga. A obsessão da escola pelas regras da gramática normativa, conveniente para se ter um parâmetro fácil de avaliação do rendimento escolar, deturpa a verdadeira meta do ensino de Português e é um fator de grande frustração na escola. Os alunos devem aprender as regras da gramática normativa à medida que forem progredindo na aprendizagem da escrita (textos) e não o contrário, aprender a escrever um texto a partir de um conjunto de regras da gramática normativa.

A respeito da escrita, é preciso fazer ainda uma observação. Vimos que o sistema ortográfico não tem como função representar a fala, mas permitir a leitura. No entanto, no ensino de Português, e de um modo bastante especial na alfabetização, a escola tem que lidar com a pronúncia. Naturalmente, pode-se sempre comentar fatos da fala através dos próprios mecanismos da fala. Todavia, me parece ser interessante, muitas vezes, escrever diferentes pronúncias da fala sem uma preocupação com a ortografia. Muitos alunos, logo que aprendem algumas coisas da escrita, começam a escrever o que querem, esbarrando em dificuldades ortográficas que tentam superar aplicando erroneamente certas regras de relação entre letra e som, conforme pensam que seja possível, no sistema ortográfico. Independentemente de explicar aos alunos que uma coisa é a escrita ortográfica e outra as leituras e falas diferentes que as variedades do português apresentam acho conveniente, necessário mesmo que a escola ensine a variação fonológica dos diferentes dialetos dos alunos também através de uma escrita. Fazer um aluno escrever como fala ou o modo de falar de um colega é um excelente exercício de análise linguística e muito importante até para se entender como a ortografia funciona. Se a ortografia não serve para essa tarefa a escola precisa dispor de um outro instrumento para fazer isso. Acho que nessa atividade não se deve usar um alfabeto fonético muito detalhado, próprio dos foneticistas, mas um sistema apropriado às necessidades da língua portuguesa, utilizando-se todos os recursos possíveis do próprio sistema de escrita ortográfico de Português. Gostaria de lembrar aqui que o uso desse sistema de escrita só pode ocorrer na análise de um texto falado e de um informante por vez. Por outro lado, servirá para falantes de diferentes dialetos do português se exercitarem a falar à moda desses dialetos, contribuindo, sobretudo para ensi

nar a pronúncia do dialeto da escola aqueles alunos que não o sabem.

Discordo dos que acham que o uso de um sistema de escrita da fala diferente do sistema ortográfico serve para confundir os alunos e ensinar duas vezes, em vez de uma.

Quem diz isso não entende nada de como funciona o sistema ortográfico e do que é escrever. A escrita e a fala são realidades diferentes que necessitam de métodos diferentes para se concretizarem e serem entendidos. Ensinando isso à criança desde cedo, como se propõe aqui, o aluno já nas primeiras aulas entenderá que a fala e a escrita são diferentes, vivem de maneira diferente. Além disso, contará com um grande instrumental para entender como o Português funciona através de suas múltiplas variedades e encontrará um caminho melhor para aprender qualquer variedade do português que desejar, inclusive aquela do dialeto da escola. Outra vantagem é que nem o professor nem o aluno ficarão com traumas por causa das dificuldades ortográficas apresentadas por palavras. Para o aluno ficará claro que a ortografia não é uma transcrição fonética. Por outro lado o ajudará a compreender que quando não souber escrever ortograficamente uma palavra, a única saída é perguntar a quem sabe ou olhar no dicionário. Essa é também uma forma de ensinar o que a escrita realmente é e os usos que tem, uma tarefa completamente esquecida pelas escolas hoje em dia.

Porque a escola não tem usado um método como esse para o ensino da fala, observa-se que as pessoas (incluindo os professores) têm uma dificuldade enorme, gigantesca, para analisar a pronúncia de um falante de sua própria língua, uma vez que sempre pensam a fala em função da escrita ortográfica. Professores que insistem em problemas de discriminação auditiva das crianças (por exemplo p/b, t/v, etc.) levam um tempo enorme para se convencerem de que o S de "mesmo" soa Z, que o R de "barriga", "sorriso" é pronunciado comumente como uma fricativa-velar sonora, ao passo que em palavras como "carro", "erra", é pronunciado comumente como uma fricativa velar surda. Uma vogal sussurada (ensurdecido) é vista como uma vogal que foi "comida" pelo aluno e portanto indesejável, embora a própria professora use esse fenômeno fonético a todo instante. Ela não percebe como fala e corrige a leitura do aluno. Este, que compara sua fala com a da professora, fica perplexo. Um outro exemplo é o reconhecimento das qualidades vocálicas dos ditongos em português. Para alguns professores, o fato de palavras como "céu" e "vai" terem as qualidades fonéticas apresentadas logo a seguir é algo que só admitem após exaustivos exercícios de demonstração:

céu	-	seu	seo	ses
vai	-	yai	vae	vae

As nossas professoras primárias têm uma dificuldade imensa em distinguir uma vogal nasalizada de uma vogal oral, ou em observar a presença ou não de consoantes nasais no contexto pós-vocálico final de sílaba.

As pessoas estudam Português por mais de dez anos e não conseguem nem sequer saber exatamente como falam. Algumas sabem errado e culpam as crianças de terem problemas de discriminação auditiva, de serem incapazes intelectualmente, classificando-as de "alunoa carentes". Que caos é o ensino. Como um professor que não sabe analisar o que ele próprio diz pode ensinar os alunos a falarem corretamente?

Muitos dos artificialismos da fala da escola têm sua origem no fato da escola não saber ensinar como a fala é realmente porque as próprias escolas de formação não sabem ensinar isso aos futuros professores. Esses problemas básicos não se resolvem com psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas ou mesmo pedagogos, mas sim com um bom treinamento linguístico.